

## Canal Energia – 26/03/2010

### **Instituto Acende Brasil critica uso da RGR para aquisição de fatia da Celg**

**Claudio Sales** afirma que encargo não pertence à estatal e vai de encontro à proposta de melhoria de governança da Eletrobras

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A proposta de uso da Reserva Global de Reversão na aquisição, pela Eletrobras, de participação na Celg representa, para o **Instituto Acende Brasil**, uma distorção no processo de melhoria da governança da empresa. Segundo o presidente da entidade, **Claudio Sales**, a sugestão feita pelo presidente da estatal, José Antonio Muniz Lopes, de que pode usar o encargo para a transação confunde o setor, já que o encargo é resultante de uma arrecadação feita nas contas dos consumidores de energia e o destino seria para solucionar um caso episódico, já que as dificuldades financeiras da Celg são decorrentes de "anos de má gestão" e o direcionamento do encargo, na prática, significa repassar o problema aos consumidores.

Pela proposta, a Eletrobras poderia adquirir participação entre 30% e 40% da companhia goiana, que enfrenta dificuldades financeiras. "A RGR não é um recurso da Eletrobras, é um recurso do consumidor. É um episódio que confunde, do ponto de vista da governança corporativa e contrasta absolutamente com essa manifestação de desejo de se fazer uma Eletrobras grandiosa e eficiente", disse **Sales**.

O executivo salientou que a RGR foi criada inicialmente para a constituição de um fundo que trataria da reversão de ativos de empresas com concessões em vias de vencer. O encargo teve o "prazo de validade" prorrogado e também passou a ter os recursos utilizados em outras aplicações, como o programa Luz para Todos. "Sem fazer juízo de valor sobre os outros destinos, essa novidade acenada de usar os recursos para tapar buracos de uma empresa que chegou a situação atual por má gestão é no mínimo assustadora e merece a revolta de todos os que se preocupam com o setor elétrico e com a prestação de serviço eficiente", completou.

**Sales** comentou sobre o uso da RGR e propôs o repasse da atribuição de controlar os encargos arrecadados nas contas de luz ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ouça na Rádio CanalEnergia a visão do executivo sobre o tema (apenas para assinantes do CanalEnergia Corporativo).